

JACQUELINE MILA TIROTTI

Perita em Documentoscopia

REGINALDO TIROTTI

Perito em Ciências Forenses

MANUAL

prático

da análise

GRAFO-
TÉCNICA



São Paulo – SP

2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
1. HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO.....	3
1.1 Breve histórico da escrita.....	3
1.2 Conceitos importantes.....	7
2. MÉTODOS GRAFOSCÓPICOS.....	9
2.1 Método morfológico	9
2.2 Método grafológico	10
2.3 Método grafométrico.....	11
2.4 Método sinalético	11
2.5 Método grafocinético.....	12
2.6 Pontos importantes	13
3. AS LEIS DA ESCRITA	15
1ª Lei da escrita	15
2ª Lei da escrita	18
3ª Lei da escrita	18
4ª Lei da escrita	19
4. ANÁLISE DE GRAFISMOS	21
4.1 Aspecto grafocinético e morfológico	22
4.1.1 Instrumentos gráficos e traçados.....	22
4.1.1.1 Penas	23
4.1.1.2 Esferográficas.....	25
4.1.1.3 Hidrográficas	30

4.1.1.4	Lápis	31
4.1.2	Grafocinética.....	32
4.1.2.1	Velocidade.....	32
4.1.2.2	Sucessão de movimentos.....	33
4.1.3	Morfologia gráfica.....	33
4.1.3.1	Diferenças formais	33
4.1.3.2	Gramas.....	34
4.1.3.3	Letras.....	36
4.1.3.4	Ataques e remates.....	38
4.1.3.5	Linhas de impulso, traços ornamentais e cetras	42
4.1.3.6	Polimorfismos gráficos.....	43
4.1.3.7	Escritas correntes, assinaturas e rubricas.....	43
4.2	Qualidades do grafismo.....	44
4.2.1	EOG subjetivos.....	45
4.2.1.1	Ritmo	45
4.2.1.2	Dinamismo	46
4.2.1.3	Velocidade	47
4.2.1.4	Habilidade	49
4.2.2	EOG objetivos.....	50
4.2.2.1	Trajectoria	50
4.2.2.2	Idiografismos	52
4.2.2.3	Espontaneidade	53
4.2.2.4	Andamento gráfico	53
4.2.2.5	Alinhamento gráfico.....	54
4.2.2.6	Espaçamentos gráficos.....	56
4.2.2.7	Inclinação axial.....	58
4.2.2.8	Proporcionalidade.....	60
4.2.2.9	Calibre.....	61
4.2.2.10	Pressão	63
4.2.2.11	Gladiolagem.....	64
4.2.2.12	Tendência de punho	65
5.	EXAME GRAFOSCÓPICO	75
5.1	Peças paradigmas e questionadas.....	76
5.1.1	Peças questionadas.....	76
5.1.2	Peças paradigmas	77
5.1.2.1	Contemporaneidade	78
5.1.2.2	Autenticidade.....	79

5.1.2.3 Adequabilidade.....	80
5.1.2.4 Quantidade.....	81
5.1.2.5 Espontaneidade	82
5.2 Etapas de um exame grafoscópico	82
5.2.1 Análise	82
5.2.2 Confronto.....	83
5.2.3 Avaliação/ ponderações.....	85
5.2.3.1 Constância.....	85
5.2.3.2 Raridade na população.....	86
5.2.3.3 Imperceptibilidade.....	86
6. IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA	87
6.1 Classificação das escritas	88
6.1.1 Grafismos naturais	89
6.1.2 Grafismos disfarçados.....	94
6.1.3 Grafismos imitados.....	95
7. INDÍCIOS DE AUTENTICIDADE E FALSIDADE.....	97
8. AÇÕES FRAUDULENTAS: ESPÉCIES DE AUTENTICIDA-	
DE E FALSIFICAÇÃO.....	101
8.1 Autofalsificação/disfarce	101
8.2 Falsificação por imitação servil	103
8.3 Falsificação por imitação exercitada.....	103
8.4 Falsificação de memória.....	104
8.5 Falsificação sem imitação.....	105
8.6 Falsificações por decalque.....	106
8.6.1 Direta	106
8.6.2 Indireta	106
9. EXAMES E PROCEDIMENTO	109
9.1 Objetivo do exame.....	110
9.1.1 Autenticidade/falsidade.....	110
9.1.2 Autoria	111
9.2 Diferenças entre disfarce e simulação	112
9.3 Equívocos em exames grafotécnicos.....	114
10. CONCLUSÕES GRAFOSCÓPICAS.....	117
10.1 Autenticidade	117

10.2 Falsidade	118
10.3 Critérios Importantes	119
10.3.1 Critérios para identificação de autoria	120
10.3.2 Critérios para a não identificação de autoria.....	120
10.3.3 Critérios para a exclusão de autoria.....	120
10.4 Falsidade ou disfarce	121
10.5 Escala de possibilidades	122
10.6 Abordagem bayesiana	123
10.7 Escala de possibilidades verbais.....	124
10.7.1 Exemplo prático.....	126
11. BIBLIOGRAFIA.....	137
12. ÍNDICE ALFABÉTICO.....	139

PREFÁCIO

Foi com muita satisfação que recebi a honra de prefaciar mais esta obra dos colegas Jacqueline e Reginaldo. É de longa data que conheço os autores, competentes peritos com quem muitas vezes compartilhei ideias, dúvidas e experiências.

O livro "Manual Prático da Análise Grafotécnica" traz informações claras e objetivas, constituindo uma excelente fonte de conhecimentos para os peritos que estiverem iniciando na área, mas também uma ótima referência para os peritos mais experientes.

Em seus primeiros capítulos, o livro apresenta definições de vários termos-chaves para as perícias grafotécnicas, sempre acompanhadas de excelentes imagens ilustrativas. Nos capítulos finais, são abordados alguns procedimentos práticos para a realização de exames grafotécnicos, bem como considerações sobre várias formas de expressar nossas conclusões periciais.

Ao término, é apresentada a descrição de uma perícia real realizada pela autora, na qual se pode acompanhar os procedimentos executados por uma perita grafotécnica em seu trabalho.

Tudo isso é apresentado em linguagem simples e direta, o que facilita não apenas a leitura, mas também a busca por informações específicas.

Apreciem a leitura.

Samuel Feuerharmel

Perito Criminal Federal aposentado

1

HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO

O aspecto histórico demonstra a evolução da escrita desde a sua criação até os dias atuais. Somado aos conceitos necessários para a compreensão dos demais capítulos, esse aspecto enria sabedoria do leitor.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA ESCRITA

O ser humano viveu durante um longo período sem a existência da escrita. Sua origem remonta a um passado relativamente recente em relação à história da humanidade.

No momento em que a organização social se tornou mais complexa, a transmissão de conhecimento apenas por tradição oral demonstrou-se ineficiente, dando espaço ao

desenvolvimento de um meio de comunicação mais eficaz e permanente.

Cenas de caçadas, objetos de uso, animais e acidentes da natureza foram retratados durante alguns milênios em rochas das primeiras habitações humanas. Essa forma de escrita figurada é denominada pictografia (do latim *pictus* significa pintado e do grego *grafe* significa descrição).

Ao longo do tempo, o homem passou a atribuir significado/ideia aos pictogramas. Por exemplo, um desenho de sol poderia significar algo além do astro, como: a posição; a claridade; o dia; a luz; ou o calor. Esse tipo de linguagem é denominado ideografia.

Com o uso de ideogramas, a comunicação se tornou mais elaborada, possibilitando até mesmo a formulação contextual.

Posteriormente, o homem começou a criar sinais que não mais representavam apenas uma ideia e, sim, um som. Esses sons podiam ter qualquer forma, não havendo a necessidade de conexão entre seus correspondentes externos. Assim, nasceu a escrita fonética.

Em várias partes do mundo, a escrita foi sendo aprimorada a ponto de se abolir o uso de ideogramas e dando espaço à criação da escrita silábica. Posteriormente, surgiu a escrita alfabética que, por sua vez, assumiu tamanha importância nos últimos 3.000 anos e, embora seja considerada uma subdivisão da fonética, será estudada separadamente.

Inicialmente, havia dois alfabetos coexistentes: **o Cuneiforme e o Hieróglifo.**

A escrita **cuneiforme** foi criada pelos sumérios por volta de 3500 a.C., sendo a designação geral dada às escritas feitas com auxílio de objetos em formato de cunha. Esse alfabeto representava coisas mundanas (pictogramas), mas, por praticidade, essas formas se tornaram mais simples e abstratas.

O hieróglifo, ou **hieróglifo**, é constituído por sinais da escrita de antigas civilizações, tais como os egípcios, os hititas, e os maias. Essa linguagem se popularizou devido à utilização do papiro como base da escrita, que possibilitou sua permanência por muitos séculos, além de facilitar a difusão.

Em razão de sua alta complexidade, a escrita por hieróglifos foi considerada uma incógnita por séculos, sendo alguns hieróglifos estudados até os dias de hoje.



Em 1799, homens sob o comando de Napoleão Bonaparte, enquanto cruzavam a região de Roseta, no Egito,

encontraram a **Pedra de Roseta**, um grande bloco de granito do Antigo Egito contendo escritos em hieróglifo, grego e demótico egípcio.

Esse texto foi fundamental para auxiliar a interpretação dos hieroglifos na atualidade. Compreendido pela primeira vez por Jean François Champollion, em 1822, e, posteriormente, por Thomas Young, em 1823, profundos conhecedores da língua grega. Ambos realizaram a comparação da versão em hieróglifo com a em grego.

Após os sumérios, surgiram os fenícios, povo de origem semítica que se estabeleceu na costa oriental do Mediterrâneo. Eles, por sua vez, modificaram, disciplinaram e simplificaram o alfabeto hebraico, criando um alfabeto próprio.

O alfabeto fenício possuía vinte e dois sinais, sendo todos consoantes. Os gregos, após o desaparecimento da Fenícia, aperfeiçoaram o alfabeto e, em meados do século IV a.C., já se encontrava completo.

No ano de 496 a.C., houve o início da conquista da Península grega e, em 146 a.C., Roma dominava o Oriente e incorporava a Grécia, se apropriando do alfabeto grego através dos colonos.

Pouco tempo depois, o alfabeto romano conquistava o mundo. Inicialmente, era composto por 16 letras e, posteriormente, somou-se as letras G, H, J, Q, V, X, Y e Z ¹.

¹ CAVALCANTI, A. e LIRA, E. Grafoscopia essencial. Porto Alegre: Sagra – Luzato, 1996. p. 17.

O português e outras línguas neolatinas adotaram o alfabeto romano, bem como o inglês, o turco, entre outras.

Atualmente, existem **cinco alfabetos**, sendo todos derivados do grego e do latim: Grego (na Grécia); Cirílico (em países eslavos); Gaélico (na Irlanda); Latino (em diversos países de língua latina, entre outros); e Gótico (na Alemanha)².

1.2 CONCEITOS IMPORTANTES

O conceito tradicional de Grafoscopia está relacionado aos estudos criminalísticos. Como finalidade da disciplina, tem-se a verificação da autenticidade ou falsidade documental, bem como, a determinação de sua autoria.

O conceito de **Grafoscopia**, segundo Gomide³, “é a disciplina que tem por finalidade determinar a origem do documento gráfico”. Este, por sua vez, é o objeto da disciplina, devendo ser verificada a autoria ou a existência de suposta fraude.

Ademais, para Gomide⁴, **documento** “é o suporte que contém um registro gráfico”. Alguns suportes utilizados são: papéis, pergaminhos, tecidos, plásticos, entre outros materiais. Isto é, objetos, ou superfícies, utilizados para a fixação de inscrições.

² *Idem*, p. 21.

³ GOMIDE, L. e GOMIDE, T. L. F. Grafoscopia – Estudos. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1997. p. 1.

⁴ *Idem*, p. 2

Quanto aos registros gráficos, o que se destaca é a escrita, sendo a mais importante e conceituada pelo respeitável Gomide. Além disso, afirma que os registros gráficos devem conter um mínimo de elementos técnicos para a determinação de sua autoria.

A escrita pode ser **direta** ou **indireta**, conforme seu tipo de formação:

- Diretas, ou grafismos, são as provenientes diretamente do homem através do ato de escrever; e
- Indiretas, ou impressões, são aquelas produzidas através de processos artificiais.

Quanto aos **tipos de grafismos, têm-se:**

- Rubricas;
- Assinaturas;
- Escritas cursivas;
- Escritas em letras de forma;
- Pictografias; e
- Criptografias.

Assim, com os conceitos básicos em mente, começaremos o estudo da grafoscopia.



MÉTODOS GRAFOSCÓPICOS

Ao longo dos anos, a perícia grafoscópica utilizou diversos métodos para examinar a escrita. Alguns métodos, por ineficiência, foram deixados para trás enquanto outros perduraram até os dias atuais.

Dessa forma, inicia-se o estudo do método mais antigo ao mais atual, sempre apontando os prós e contras intrínsecos.

2.1 MÉTODO MORFOLÓGICO

Também chamado de homológico de comparação formal ou **método de Bertillon**, consiste na apreciação de convergências e divergências dos elementos de ordem puramente formal, além de semelhanças no feitio das letras, mediante a comparação de letra por letra.

Assim, havendo analogias, as escritas provavelmente teriam saído do mesmo punho. Se predominassem divergências, a conclusão seria, obrigatoriamente, contrária.

Historicamente, desse método, resultaram graves erros judiciais. Relatado como um dos mais importantes, o caso de Dreyfus, que era oficial do exército francês e foi falsamente acusado de passar informações militares para os alemães.

2.2 MÉTODO GRAFOLÓGICO

Enquanto o método morfológico tem por base observar apenas as formas, o método grafológico, atribui maior atenção às características subjetivas do grafismo, como o estudo dos símbolos. Desse método, surgiram duas escolas: A francesa, chefiada por Crepieux-Jasmin e a alemã de Ludwirges Klages.

A escola francesa segue diversos critérios, como: dimensão; direção; forma; ordem; pressão; continuidade; velocidade; entre outros. Ademais, objetivava buscar “signos” reveladores das qualidades morais, intelectuais e artísticas do escritor. Com base nesses signos, acreditavam ser possível determinar a identificação gráfica.

Vale lembrar que, na escola alemã, os “grafismos-tipp” são, por assim dizer, subordinados às diferentes classes de ritmos gráficos e aos signos substituídos pelo movimento de concentração e relaxamento muscular, dessa forma, revelando o escritor por suas qualidades temperamentais.

2.3 MÉTODO GRAFOMÉTRICO

Este método foi criado por **Edmond Locard**, Perito Francês e autor do tratado sobre criminalística. Locard procurou se fundamentar nas observações iniciadas por Langebruch, que ensinava a variabilidade da escrita em todas as suas características e que essa permanecia constante na proporcionalidade de seus gramas.

Isto é, na Grafometria, a maior preocupação gira em torno das **grandezas da escrita**, como o estudo do calibre das letras, cujo fundamento pressuposto seria de que as características de proporcionalidade não variam.

Porém, o próprio Locard reconheceu que o método requer a coleta de textos de extensão razoável e, portanto, é impraticável no exame de assinaturas⁵.

2.4 MÉTODO SINALÉTICO

Este método teve como fundador o italiano **Ottolengui**, que simplesmente procurou melhorar o método de Bertillon.

Assim, de posse de padrões de confronto, deveria o técnico analisá-los, partindo do geral para o particular e procurando individualizar os valores da escrita para, depois, pesquisá-los na peça questionada.

⁵ DEL PICCHIA FILHO, J.; DEL PICCHIA, C. M. R.; DEL PICCHIA, A. M. G. Tratado de Documentoscopia: “da falsidade documental”. 3. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Pillares, 2016. p. 206.

Este método teve poucos seguidores, posto que ignora a verdade de que a escrita reúne elementos qualitativos, identificados e integrados, que se vinculam aos elementos quantitativos de reciprocidade compreensível e naturalmente fundamentais⁶.

2.5 MÉTODO GRAFOCINÉTICO

Este método não é embasado em características isoladas, pelo contrário, considera **todos** os elementos gráficos de qualquer natureza, dando-lhes valor consoante e raciocínio pericial.

O método Grafocinético, ou Morfocinético, foi estabelecido em 1927 por Edmond Solange Pellat, em seu livro *Les lois de l'écriture*, que formulou as denominadas **leis da escrita**. Mais à frente, aprofundaremos o assunto.

Antes de iniciar a perícia, i.e., confrontação entre peça questionada e padrões paradigmas, o perito deve estar ciente da finalidade do seu trabalho: se objetiva a confirmação da autenticidade ou, caso não seja autêntica, de quem seria a autoria da falsificação.

Conforme Cavalcante e Lira⁷, nesse método é dada atenção especial aos movimentos que dão origem ao gesto gráfico e objetiva verificar:

⁶ DEL PICCHIA FILHO, J.; DEL PICCHIA, C. M. R.; DEL PICCHIA, A. M. G. Tratado de Documentoscopia: “da falsidade documental”. 3. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Pillares, 2016. p. 339.

⁷ CAVALCANTI, A. e LIRA, E. Grafoscopia essencial. Porto Alegre: Sagra – Luzato, 1996. p. 68.

- 1) Como se formam os traços;
- 2) Quais os hábitos de movimentação do escritor; e
- 3) Quais são as causas determinantes de impulsos, ênfases e anomalias do gesto gráfico.

O exame necessita ser procedido sob o critério racional, derivado de profundo estudo das diversas maneiras de produção gráfica.

2.6 PONTOS IMPORTANTES

Há uma distinção importante entre GRAFOLOGIA e GRAFOSCOPIA. Ambos estudam os grafismos, contudo, com objetivos diferentes.

A **Grafologia** se refere à ciência que estuda as características da personalidade do homem por meio de seu grafismo, muito utilizada na área de recursos humanos, posto que é um exame rápido (muitas vezes por meio de ditado) e não há a possibilidade de simulações.

Portanto, o método Grafológico não é utilizado para exames de apuração quanto a autenticidade ou falsidade.

A Grafologia não se confunde com Grafoscopia ou Grafotecnia. Como sabemos, a grafologia está voltada ao estudo da personalidade. Já, a **Grafoscopia**, é o estudo do punho escritor, cujo objetivo é conhecer a autoria de um grafismo. Sendo o Método Grafocinético, atualmente, o mais utilizado para tal exame.

GRAFOLOGIA	GRAFOSCOPIA
Estuda a personalidade	Objetivo na Autenticidade e autoria
RH	Finalidade Forense
A escrita é examinada	Há comparação entre padrão e questionado

Sem mais delongas, passemos para o próximo capítulo, em que começaremos a estudar a fundo os elementos da grafoscopia, por meio do método grafocinético.



AS LEIS DA ESCRITA

Primeiramente, é importante ressaltar que as leis da escrita independem dos alfabetos utilizados. Após esse breve aviso, iniciemos o estudo das quatro Leis da escrita retiradas do livro *Les lois de l'écriture*, do perito francês Edmond Solange Pellat.

1ª LEI DA ESCRITA

“O gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro. Sua forma não é modificada pelo órgão escritor se este funciona normalmente e se encontra suficientemente adaptado à sua função”.

O cérebro humano é o gerador do gesto gráfico, onde nasce a imagem das letras e demais símbolos utilizados na escrita. Assim, desde que o mecanismo muscular esteja convenientemente adaptado à sua função,

haverá produção da escrita sempre com as mesmas peculiaridades.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial, observou-se que pessoas cujas mãos ou cujos braços haviam sido amputados e que desenvolveram a habilidade de escrever segurando o lápis ou a caneta com outro órgão, como, por exemplo, a boca ou o pé, mantiveram suas características individualizadoras da escrita. A literatura a este respeito é farta, portanto, provada pela casuística pericial.

Dessa forma, o indivíduo com punho escritor destro, i.e, que escreve com a mão direita, se, por exemplo, passar a fazê-lo com a mão esquerda, canhota, após treinamento, apresentará escrita com as mesmas características grafocinéticas.

A situação dos loucos é outro exemplo. Em seus acessos não conseguem escrever, porém voltam a fazê-lo nos momentos de lucidez, sendo a maior evidência da premissa da primeira lei de Solange Pellat.

O cérebro comanda o sistema motor composto por ossos, músculos e nervos, cuja tonicidade e controle varia de pessoa para pessoa. Portanto, o ato de escrever é um gesto humano que se origina no cérebro.

Robert Saudek, grafologista tcheco, que fundou a sociedade de grafologia profissional na Holanda, publicou o estudo “Grafologia Experimental” em 1929, que examinou a velocidade da escrita.

Com uso de microscópio, paquímetro, placa de pressão, régua, transferidor e imagens em câmera lenta, seu estudo

relatou que “ninguém é capaz de imitar, ao mesmo tempo, estes cinco elementos do grafismo: riqueza e variedade de formas, dimensão, enlaces, inclinação e pressão”.

Assim, constata-se que, como não existem duas pessoas com cérebro, músculos, ossos e nervos idênticos, também não existem duas pessoas com escritas idênticas.

A doutrina explica que, para produzir o grafismo, o ser humano passa por três fases⁸:

- 1) Evocação;
- 2) Ideação; e
- 3) Execução.

A **evocação** é a busca de informações, imagens, sons ou emoções dentro da memória/cérebro, sendo considerada a imagem gráfica (morfologia).

A **ideação** é a fase na qual o escritor, após ter evocado a ideia, põe em funcionamento a sua criatividade, acrescentando à simbologia sua característica individual (gênese).

A **execução** é a emissão da ordem do cérebro para que o órgão que porta o instrumento escritor execute os movimentos sobre o papel ou documento, já evocados e ideados (cinetismo).

As duas primeiras fases provêm do cérebro, já, a terceira, é a parte motora. Em resumo: a evocação é **O QUE** fazer;

⁸ CAVALCANTI, A. e LIRA, E. Grafoscopia essencial. Porto Alegre: Sagra – Luzato, 1996. p. 32

a ideação é **COMO** fazer; e, por fim, a execução é o **ATO** de fazer.

2ª LEI DA ESCRITA

“Quando se escreve, o “eu” está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o “eu” age passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento. Ele está no seu máximo de intensidade onde existe um esforço a fazer, isto é, nos inícios, e no seu mínimo de intensidade onde o movimento escritural é secundado pelo impulso adquirido, isto é, nas extremidades”.

O enunciado da segunda lei se aplica aos casos de anonimografia, onde o esforço inicial dos disfarces é muito mais acentuado e perde sua intensidade à medida que a escrita progride. Isso ocorre, pois, o punho escritor nunca conseguirá mascarar o seu verdadeiro “eu” por muito tempo, denunciando-se em certos momentos.

O mesmo ocorre em casos de falsificação, demonstrando a importância de um exame mais atento aos fins de lançamentos, onde os maneirismos gráficos ocorrerão com mais frequência.

Contudo, cumpre esclarecer que o falsário buscará imitar, principalmente, inícios e fins.

3ª LEI DA ESCRITA

“Não se pode modificar voluntariamente em um dado momento sua escrita natural senão introduzindo no seu

traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação”.

Na prática, essa lei tem aplicação usual em casos de autofalsificação/disfarces, podendo ocorrer em simulações.

O farsante busca modificar os seus hábitos para elaborar uma escrita/assinatura disfarçada, ou seja, autofalsificação. Esse disfarce, pode ser feito com adições e/ou subtrações ao seu traçado normal.

Todavia, o simulador poderá se trair através de: paradas súbitas; desvios; quebras; mudanças abruptas de direção; ou, ainda, sobreposições na escrita, cabendo ao técnico em grafo-tecnia interpretar essas particularidades.

4ª LEI DA ESCRITA

“O escritor que age em circunstâncias em que o ato de escrever é particularmente difícil, traça instintivamente ou as formas de letras que lhe são mais costumeiras, ou as formas de letras mais simples, de um esquema fácil de ser construído”.

Há casos em que se torna difícil ou penoso escrever, tais como: circunstâncias desfavoráveis; posições desfavoráveis, como em veículos em movimento ou deitado em uma cama; suportes inadequados, como em madeiras e paredes; enfermidades; ou, ainda, situações que demandem extrema urgência.

Em circunstâncias como as mencionadas, há de se prevaler a “lei do mínimo esforço”, resultando em simplificações,

abreviaturas, uso preferencial por letras de forma ou esquemas pouco usuais.

Essa lei explica também as simplificações ocorridas quando é necessário realizar o lançamento de diversas assinaturas em um curto período, como por exemplo, assinar vários cheques pré-datados para pagar a anuidade de um curso.